



A DESCONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA MODERNA: UMA INTERLOCUÇÃO ENTRE ARIÈS E FOUCAULT

THE DECONSTRUCTION OF THE CONCEPT OF THE MODERN FAMILY: AN INTERLOCUTION BETWEEN ARIÈS AND FOUCAULT

Ricardo Salztrager¹

RESUMO: A proposta deste artigo é trabalhar na desconstrução do conceito de família moderna, objetivando demonstrar que três de suas principais bases de apoio – a afetividade necessária, a intimidade saudável e a normalidade dos personagens em jogo – possuem um caráter histórico e contingencial. Para tal, nos voltaremos ao exame das obras de Ariès e Foucault. De Ariès, analisamos os fatores que levaram ao nascimento da ideia de uma necessária afetividade nas famílias, bem como à constituição de um plano de intimidade associado ao lar. De Foucault, destacamos como a lógica disciplinar favoreceu o surgimento das ideias de normalidade e de desvio em relação às famílias. Observamos que as diversas verdades em jogo no conceito de família moderna são construções dos mais diversos discursos presentes na nossa sociedade, não dizendo respeito a tendências naturais ou ligadas a qualquer espécie de essência. Por fim, denunciamos ser pela naturalização destas tendências que, hoje em dia, parecem soar estranhas as diversas transformações que se fazem nos contextos familiares.

Palavras-chave: Naturalização. Afetividade. Intimidade. Normalidade.

ABSTRACT: The purpose of this article is to work on the deconstruction of the concept of the modern family, aiming to demonstrate that three of its main supports - the necessary affectivity, the healthy intimacy and the normality of the people in the family - have a historical and contingent character. For that purpose we analyze the works of Ariès and Foucault. From Ariès, we analyze the factors that led to the birth of the idea of a necessary affectivity in the families, as well as the constitution of a plan of the intimacy. From Foucault, we highlight how the disciplinary's logic favored the emergence of the ideas of normality and deviation in relation with the families. We observe that the various

¹ Doutorado em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). *E-mail:* ricasalz@uol.com.br





truths associates with the concept of the modern family are discursive's constructions, not referring to natural tendencies or linked to any kind of essence. At the end, we denounce that the various transformations that occur in contemporary families seem strange because of the naturalization of these trends.

Keywords: Naturalization. Affectivity. Intimacy. Normality.

INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, são muitas as transformações que ocorrem no campo da família. Dentre elas, destacam-se as que atingem a própria concepção da família como estruturada a partir do casamento entre cônjuges de gêneros diferentes. Quanto a isto, é interessante notar a enorme incidência de famílias que vem se constituindo mediante uma união homoafetiva, das dirigidas por mães ou pais solteiros e mesmo as compostas por casais de três ou mais parceiros. Ademais, uma série de questionamentos têm se voltado ao que tradicionalmente se entende por papéis do homem e da mulher no contexto familiar. Nesta medida, já há algum tempo observamos mulheres assumindo a função de provedoras financeiras e homens se ocupando das tarefas do lar, ou ainda, mulheres e homens ocupando as duas funções ao mesmo tempo.

Ainda neste contexto, fortes contestações também atingem a questão da criação dos filhos e dos valores seculares a ela ligados. Há aqui um grande debate a respeito das prescrições que envolvem a educação de meninos e meninas em conformidade com modelos há muito instituídos e que dizem respeito, por exemplo, a como um menino deve se portar, ao que uma menina deve ou não vestir ou ao que os dois devem gostar de brincar. Outras problematizações se ligam às mudanças nas relações de trabalho que parecem colocar em xeque ideia de que a família é o local privilegiado do exercício da vida íntima. Por este viés, é comum testemunharmos sujeitos trabalhando em casa, seja pela prática do *home office*, seja visando aproveitar o tempo livre para dar conta das tarefas não finalizadas durante a semana. Por fim, as recorrentes notícias de violência doméstica tendem a contrariar a





concepção de que a família necessariamente se constrói pela confecção de laços necessariamente ternos e harmoniosos.

Com efeito, todas estas transformações evidenciam que, nos dias de hoje, o conceito de família moderna encontra-se em relativo declínio. Por este conceito entendemos a estrutura que se organizou ao longo dos últimos séculos no mundo ocidental e que repousa sobre alguns alicerces, dentre os quais, neste artigo, iremos trabalhar três. O primeiro remete ao destaque de uma necessária afeição entre os membros de uma família. Ou seja, a família moderna é fundamentalmente composta por relações afetivas que unem os cônjuges entre si, cada um deles aos filhos e os irmãos uns aos outros. A família moderna é, portanto, lugar de efetivação de um amor imprescindível à felicidade do lar (ARIÈS, 2002).

Em segundo lugar, destacamos que o conceito de família moderna a situa predominantemente como um lugar de intimidade, configurando-se como um espaço de descanso e aconchego (FIGUEIREDO, 2007). Isto em contraposição ao seu exterior – o domínio público –, ambiente que o homem moderno aprendeu a investir e logo em seguida fugir em prol de um necessário e imprescindível repouso.

Enfim, o terceiro alicerce remete à delimitação de papéis sociais bem definidos a cada um dos sujeitos inseridos em uma família, tendo o pai, a mãe, o filho e a filha funções específicas que garantiriam o bom funcionamento da casa e, sobretudo, a transmissão de padrões de comportamento às gerações seguintes. Nesta esteira, no decorrer dos últimos séculos, instituiu-se uma série de modelos que correspondem ao que seria normal ou não nos contextos familiares (FOUCAULT, 1996) e, com isto, abriu-se espaço para uma série de regulamentos encarregados de prescrever como uma família normal deve ser.

Segundo o nosso entender, o principal problema ligado a esta concepção de família moderna é o da naturalização destas suas três bases de apoio. Em outros termos, trata-se de evidenciar que tais alicerces, por serem há tanto tempo transmitidos de maneira





razoavelmente eficaz, acabam sendo naturalizados pela sociedade. Por conseguinte, esta passa a assumi-los e a defende-los sem qualquer senso crítico. Assim, destacamos ser bastante correntes as ideias de ser, por exemplo, natural que os pais amem os filhos acima de tudo e que estes devem retribuir-lhes todo o amor; que os sujeitos tenham a necessidade de construir uma vida íntima, como se houvesse uma felicidade – a ser necessariamente sentida – indissociável ao lar; e, finalmente, que o homem tenha um ímpeto ou vigor para o trabalho ou provisão do lar e a mulher seja a ele naturalmente submissa. Claro está que é pela naturalização destas tendências que, hoje em dia, parecem soar estranhas as diversas transformações que fazem nos contextos familiares.

Daí a proposta de tentar demonstrar que todas estas tendências – longe de serem naturais – foram construídas ao longo dos últimos séculos. Por este viés, trabalharemos na desconstrução daquilo que é tido como natural no conceito de família moderna e, com isto, talvez auxiliaremos a driblar o sentimento de estranheza que tanto assola aqueles que, na contemporaneidade, assistem boquiabertos a todas estas transformações.

Cabe destacar que tal trabalho de desconstrução do que se encontra naturalizado envolve a tarefa de problematizar e questionar tendências há muito instituídas e frente às quais temos a ilusão de que se referem a uma espécie de essência seja do homem, da mulher, da criança ou da família. Conforme veremos em detalhes, a partir de uma base foucaultiana, uma série de saberes que emergiram nos últimos séculos – as chamadas ciências humanas e sociais – construíram uma série de formulações pretensamente verdadeiras sobre o homem e a sociedade que acabaram por ser facilmente naturalizadas por todos nós. Por este viés, não haveria mais o velho contraste filosófico entre “o que é por natureza” e “o que é por convenção”, já que o que é determinado de acordo com o propósito humano acaba por constituir, pelas vias discursivas, as próprias identidades ou essências das coisas. Desta forma, tudo se passa como se a família, por exemplo, tivesse um modo de ser que lhe é próprio, bem como o homem, a mulher ou





as crianças, sendo este propósito de constituição de verdades o que almejamos desconstruir.

Tal objetivo será perseguido através de um diálogo entre a magistral “História social da criança e da família” (ARIÈS, 2002) e alguns dos principais escritos foucaultianos. Desde já, é necessário marcar que o conceito de família moderna atingiu sua forma definitiva apenas em meados do século XVIII ou início do século XIX, mas que foi necessário um longo percurso histórico para que tal modelo fosse estabelecido. É justamente este percurso histórico que tentaremos esmiuçar, a começar pela análise dos dois primeiros alicerces, examinando como foram construídas através dos séculos passados as ideias de uma necessária afetividade e de uma desejável intimidade nos contextos familiares.

DESENVOLVIMENTO

Afetividade e intimidade

O grande mérito da obra de Ariès foi ter demonstrado que o conceito de família, tal como hoje o conhecemos, é uma produção social, tendo sido historicamente construído a partir de uma série de fatores, práticas e ideias que começaram a ganhar terreno no continente europeu ao longo do século XVII, mas já se constituíam de forma tímida desde o século anterior. Antes disso, por mais que efetivamente houvesse famílias estruturadas, estas ainda não eram marcadas pelo que se pode chamar de “sentimento de família”, nomenclatura que as marca enquanto organizadas por laços afetivos e enquanto espaço próprio ao exercício de uma vida íntima. A tese de Ariès é que o surgimento deste sentimento de família é inseparável da emergência do sentimento de infância – algo também inédito – que fez com que as famílias da época ficassem predominantemente dispostas em torno de suas crianças visando sua melhor educação. Portanto, para entendermos como se estruturou o conceito de família moderna é necessário também analisar como se construiu o conceito de infância.





Mediante o exame minucioso de algumas expressões artísticas, Ariès se surpreendeu com a constatação de que até o século XIV a família jamais se encontrava representada em quadros, calendários ou artigos de tapeçaria. Isto só se deu a partir do século XV quando alguns poucos artistas começam a retratar maridos e esposas em suas residências, seja diante das lareiras, em passeios pelo jardim ou supervisionando o trabalho dos camponeses. Por esta época, ainda era escassa a ocorrência destas representações, sendo as pessoas predominantemente retratadas nas ruas ou exercendo seus ofícios. A hipótese é que isto ocorria em virtude da ausência do sentimento de família que nos séculos seguintes passa a ganhar maior força. Surpreendeu-lhe também que ao longo do século XVII toda cena de família nas artes retratada ficava centrada nas crianças, como se elas fossem os principais personagens da casa e ao redor de quem a família moderna começava a se estruturar.

Com efeito, foi no decorrer dos séculos XVI e XVII que a sociedade começou a enxergar as crianças de maneira diferente. Anteriormente, os adultos se dirigiam a elas com um olhar insensível, como se à infância não fosse reservado um lugar singular: as crianças não possuíam roupas próprias, poucas brincadeiras lhes eram típicas e tampouco lhes eram associadas as ideias de pureza e inocência tão marcantes nos dias atuais. A infância tinha uma duração fugaz, ficando reservada ao breve período no qual, ainda desamparada, a criança necessitava dos cuidados dos adultos. Tão logo ela conseguia bastar-se, era jogada no mundo e ia trabalhar.

Quanto a isso, era comum os pais mandarem suas crianças a outras famílias para que, na casa delas, pudessem aprender algum ofício. Assim, o processo de aprendizagem não se fazia nos colégios, mas por intermédio da simples convivência com os mais velhos. A criança os ajudava nas tarefas e assim ia entendendo como melhor fazê-las, cabendo a estes adultos – e não aos pais – a transmissão dos conhecimentos e valores necessários à vida em sociedade. Deste modo, as famílias antigas eram constituídas pelos cônjuges e pelas crianças que com eles habitavam: seus filhos enviados à outra casa passavam a pertencer a esta outra família.





De fato, Ariès é bastante incisivo ao sublinhar que esta família antiga não era necessariamente marcada por qualquer função afetiva. Cabia a ela apenas a conservação e a transmissão dos bens às gerações seguintes, bem como a proteção da honra e da vida em um mundo no qual dificilmente alguém conseguiria sobreviver sozinho. Soma-se a isso a função da ajuda mútua (talvez a que mais venha a adquirir certa tonalidade afetiva) e, principalmente, o exercício de um ofício em comum que assegurasse qualquer renda. Claro está que ao colocar as coisas desta maneira, Ariès não está negando que os afetos estivessem ausentes nas famílias antigas. Trata-se somente de sublinhar que, ao contrário de nós, os antigos não encaravam os laços afetivos como imprescindíveis à constituição e ao equilíbrio familiar, sendo todas estas funções acima enumeradas mais importantes e convenientes. Caso algum afeto estivesse presente, melhor seria; mas se não existisse, a estrutura da família não seria abalada.

A família também não consistia em um lugar propício ao exercício da intimidade, sentimento que, aliás, mal existia. Desta maneira, salta aos olhos que até o século XV – e com poucas mudanças no século XVI – muitas atividades hoje associadas à vida íntima eram praticadas nas ruas. Neste contexto, eram recorrentes as pinturas de comadres conversando uma na calçada e outra debruçada na janela, homens descansando nos bancos de praça, etc. Ao que tudo indicava, as trocas afetivas eram também realizadas fora do âmbito familiar, ficando as famílias misturadas às outras, sempre diluídas em um meio no qual conviviam amigos, vizinhos, crianças e criados de toda ordem.

As famílias mais humildes moravam em pequenas casas, geralmente de apenas um cômodo, o que tornava praticamente inviável o surgimento de qualquer prática ligada à intimidade. Já as mais abastadas moravam em grandes casas nas quais residiam e circulavam um número imenso de criados, clérigos, caixeiros, amigos, aprendizes, clientes, etc, o que também impossibilitava a constituição de uma vida íntima em família. Todos almoçavam, trabalhavam e dormiam nos mesmos cômodos que, embora numerosos, não eram especializados, um como o lugar das refeições, outro para receber





convidados, outra na forma de um gabinete para se trabalhar ou quartos para dormir. Vivia-se em salas onde se fazia de tudo e, inclusive, os quartos eram locais públicos. Daí as camas cercadas de cortinas visando preservar um mínimo de intimidade aos casais.

Ora, todo este cenário vai se modificando conforme o sentimento de infância vai se constituindo. Com ele, tornou-se cada vez mais frequente o hábito de levar as crianças ao colégio que, aos poucos, vai se sobrepondo à simples aprendizagem por convívio e se tornando o principal local de educação infantil. A partir daí a criança começa a ser isolada do mundo adulto e mantida em uma espécie de quarentena até estar devidamente preparada para a vida em sociedade.

É no terreno destes colégios que vão surgindo as ideias referentes à fraqueza da infância e, conseqüentemente, às de responsabilidade moral dos mestres. Fato foi que o colégio se tornou o responsável pela moralização da infância, lutando para não abandoná-la aos perigos de uma liberdade irrestrita e sem referenciais de hierarquia. Além de ensinar, cabia aos mestres as funções de formar espíritos, inculcar virtudes, vigiar e punir. De início, punia-se com castigos corporais, mas no decorrer dos anos, sanções menos humilhantes passaram a ser aplicadas, algo que se ligava mais à ordem da disciplina do que propriamente da repreensão. Assim, no século XVII, forma-se o conceito de “criança bem educada”, aquela preservada das rudezas, ignorâncias e imoralidades tão características de outrora e, a partir de então, apenas associadas às camadas populares. Na França, esta criança bem disciplinada seria o pequeno burguês; já na Inglaterra, ela serviu de inspiração para a criação da figura do *gentleman*.

Claro está – e Ariès faz questão de frisar – que toda esta proposta de disciplinarização das crianças partiu dos grandes moralizadores católicos ou protestantes. No entanto, sua tamanha incidência e expansão por todo o solo europeu jamais seria viável sem a cumplicidade das famílias que agora depositavam uma grande afeição em suas crianças. Todo este processo foi, aos poucos, promovendo uma série de mudanças na estrutura das famílias que





deixavam de se dirigir aos filhos predominantemente em função dos bens e da honra e passaram a muito se interessar por suas educações. Nesta medida, foi impressionante notar a quantidade de tratados de educação e civilidade que no século XVII insistiam nos deveres dos pais em relação aos filhos, deveres que passaram a englobar a supervisão dos estudos, a boa escolha do colégio, a repetição das lições quando a criança vinha dormir em casa, além de conselhos quanto a recompensas pelo bom comportamento, correção das faltas leves e castigos pelas mais graves (REVEL, 2009). Destaca-se que tamanha afeição paternal em estado nascente levou à imensa multiplicação dos colégios, justamente, com o intuito de trazer as crianças para mais perto das casas. Desta forma, os pais ficariam relativamente mais próximos dos filhos, algo muito diferente do antigo costume de enviá-los a outras casas muitas vezes longínquas.

Agora pais e mães lamentariam a morte precoce de seus filhos, desenvolveriam uma série de preocupações em relação às suas saúdes e criariam o hábito de cada vez mais retratar suas proles, justamente, para através da pintura preservar o aspecto fugaz da infância. Com efeito, no século XVII, multiplicam-se tanto os retratos das crianças quanto os da família: esta é agora representada realizando os tradicionais concertos após as refeições ou no gabinete do pai posicionada ao seu redor enquanto ele trabalhava, dentre tantas outras situações. No entanto, conforme salientamos, o aspecto mais importante destas pinturas é o fato de, na maioria delas, a ação representada ser centrada nas crianças. Com isso, temos o exemplo das pinturas de uma mãe vigiando a criança no berço, amamentando-a, dando-lhe banho, catando piolho ou de um irmão na ponta dos pés tentando ver o bebê dormindo e mesmo de crianças maiores se divertindo junto à família no jantar:

É o espírito dessas imagens que é preciso compreender. Uma tela de Le Nain representa um camponês cansado que ferrou no sono. Sua mulher faz psiu! para as crianças, mostrando-lhes o pai que descansa e que não deve ser acordado. [...] A ação é centrada na criança. Em uma tela de Peter de Hooch, as pessoas estão reunidas para almoçar. O pai bebe sentado; uma criança de cerca de dois anos está de pé em cima de uma cadeira; ela usa o chapéu redondo e acolchoado comum na





sua idade, em que o andar ainda não é firme, para protege-la em seus tombos. Uma mulher (a criada?) a segura com uma das mãos e, com a outra, estende um copo de vinho a uma outra mulher (a mãe?) que mergulha nele um biscoito. Ela vai dar o biscoito molhado ao papagaio para distrair a criança, e a distração da criança no sei da família cuja unidade ela assegura é o verdadeiro tema do pintor, o sentido de sua anedota. O sentimento de família, que emerge assim, nos séculos XVI-XVII, é inseparável do sentimento da infância (ARIÈS, 2002 p. 143)

Era, portanto, um sentimento novo de família que vinha se estruturando, sentimento que não pôde deixar de trazer – um pouco mais tarde, a partir do século XVIII – transformações na arquitetura e funcionamento das casas. Com estas mudanças, o ambiente familiar finalmente passou a ser associado à prática da intimidade, sentimento também nascente por estes anos. Ou seja, a família foi começando a manter os personagens da vida social à distância, defendendo-se de um mundo agora visto como intruso e confinando-se no conforto e aconchego do lar. A vida da família passou a ser alvo de discrição em relação à vida pública e, com isto, ela fica cada vez mais isolada do resto da sociedade. Ora, tantas visitas poderiam atrapalhar o estudo das crianças (ARIÈS, 2002).

Nesta perspectiva, a casa da família moderna passou a ter um corredor de acesso aos cômodos, de forma a não ser mais preciso atravessá-los um a um para se chegar aos aposentos seguintes. As camas também ficaram reservadas aos quartos, os criados isolados nas áreas a eles destinadas e as crianças dispoendo de um quarto separado com o intuito de serem preservadas da vida íntima dos pais. Aos poucos, desenvolveu-se o costume de não mais se aparecer na casa dos outros sem aviso. Os clientes também foram afastados da intimidade da família, passando a ser recebidos em gabinetes destinados ao trabalho e não mais nas mesas de refeições, salas ou quartos (RANUN, 2009). Finalmente, no século XIX, todas estas mudanças vieram a atingir as classes mais humildes e, portanto, o sentimento moderno de família foi ou efetivamente a elas estendido ou, se não, pelo menos na forma de um ideal a ser por elas alcançado.

Assim se deu, segundo Ariès, o nascimento e desenvolvimento do conceito de família moderna: uma família, conforme destacamos,





necessariamente afetuosa, centrada em suas crianças e configurada enquanto um lugar de intimidade e aconchego. Há, porém, outro aspecto que a obra de Ariès apenas toca, mas que pode ser melhor desenvolvido através da leitura de alguns escritos foucaultianos. Trata-se da ideia de uma “família normal” que, em oposição a uma “família desviante”, vem se associar à conceituação de família moderna. É para esta ideia que agora nos voltaremos, tentando situar a família moderna dentro da ótica disciplinar.

Normalidade

De acordo com Foucault (1996), a sociedade disciplinar é aquela estruturada ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX em praticamente todo o mundo ocidental, sendo principalmente caracterizada pela disseminação do modelo do panoptismo pelas mais variadas instituições. Tal é a definição de disciplina contida em seus escritos genealógicos que, infelizmente, trazem poucas indicações a respeito da instituição familiar se comparadas às referências a outras instituições panópticas como exércitos, internatos, prisões e hospitais. Portanto, nesta seção, procuraremos também trazer a família para dentro do contexto do panoptismo.

Em linhas gerais, a sociedade disciplinar começou a se organizar com o fim do Antigo Regime, quando ao longo de algumas décadas, o mundo foi assistindo ao nascimento da ideia de que uma sociedade que almeja diminuir ou extinguir o crime deveria, primeiramente, investir na disciplinarização dos corpos (FOUCAULT, 1979). Por esta época, a Europa ia deixando para trás a prática do suplício enquanto dispositivo de punição dos criminosos e, aos poucos, as instituições panópticas foram se alastrando e ganhando espaço de forma a visar à produção de indivíduos disciplinados. Neste sentido, o ideal seria que a disciplina já fosse eficaz desde a infância, pois assim bons adultos seriam produzidos e a sociedade viveria em uma desejável harmonia.

Em si, o *panopticon* consiste em um modelo ideal de prisão, originariamente imaginado por Bentham. Por sua estrutura peculiar, o *panopticon* lograria em promover a total disciplinarização dos presos





através de um mínimo esforço. Tratava-se de um arcabouço arquitetônico composto por uma torre de vigilância cercada por um anel periférico de celas de vidro, de modo que alguém situado no alto da torre conseguiria obter um olhar global sobre todos os presos.

No entanto, Foucault (1996) aponta que o fator mais marcante na estrutura do *panopticon* é que tal aparelho obteria sucesso em garantir a disciplina dos presos não através da efetiva vigilância de um policial situado na torre, mas sim, pela indução da certeza em cada presidiário de que lá poderia ter alguém os espiando. Deste modo, diante desta duvidosa incerteza, os presos acabariam por se disciplinar. Temos, aqui, uma modalidade de exercício de poder que se faz sem a mediação da polícia ou de qualquer outro tipo de autoridade.

Nesta perspectiva, devemos destacar que, em Foucault (1979), o poder nem sempre é exercido de forma descendente, partindo de uma autoridade e atingindo os que a ela são submetidos. Pelo contrário, o poder se exerce em todas as direções: de cima para baixo, de baixo para cima, pelos lados e de forma sempre capilar, não havendo divisão nítida entre os que o detém e os que dele são desprovidos. Particularmente no caso do *panopticon*, esta autoridade repressora não existiria efetivamente; ou melhor, ela poderia até existir, mas o que realmente importa é que, para além das infundáveis discussões sobre sua força, Foucault a concebe como um *constructo* dos indivíduos a ela imaginariamente submetidos.

Ainda de acordo com o autor, o modelo do *panopticon* adquire sua importância ao ultrapassar a concretude das prisões e passar a dizer respeito a uma série de instituições que ou surgiram ou sofreram transformações durante os séculos disciplinares. Desta forma, podemos indagar: o que seria um internato senão uma instituição na qual cada aluno é trancado em uma cela de vidro tendo que ser bem disciplinado mediante a certeza de que o professor pode patrulhá-lo? O que seria a fábrica senão uma instituição na qual cada operário permanece trancafiado em uma cela de vidro tendo que se disciplinar pela certeza de que o capitalista pode estar olhando? O mesmo vale para o exército: o que seria ele senão uma instituição na qual cada





soldado é fechado em uma cela de vidro tendo que se disciplinar devido à certeza de que o comandante o vigia? Ao que podemos acrescentar: o que seria a família senão uma instituição na qual cada filho é posto em uma cela de vidro tendo que ser bem disciplinado mediante a certeza de que talvez os pais estejam espiando?

Assim, uma questão crucial já se coloca: ela concerne à hipótese destes verdadeiros símbolos da autoridade disciplinar – o professor, o capitalista, o comandante do exército e os pais – não passarem de figuras repressoras construídas pelos próprios alunos, operários, soldados e filhos respectivamente. Ou seja, é só para seus alunos que um professor qualquer é imaginado como uma autoridade de peso, assim como o capitalista só o é para o operário, o comandante para o soldado e os pais para os filhos. Neste último caso é interessante notar que o modo como um filho descreve seus pais é inteiramente diferente da maneira como os patrões, amigos e mesmo os avós os representam. De acordo com a ótica disciplinar, os pais se constituem para os filhos como símbolos de respeito e obediência que não necessariamente o são para os outros, modelos a serem seguidos que os outros provavelmente sequer idealizam e objetos de temor frente aos quais os outros certamente não se amedrontam.

Em suma: com base na obra foucaultiana, ao situarmos a família moderna enquanto uma instituição *panóptica*, desejamos sublinhar ser a imagem de autoridade que os filhos possuem dos pais o que garante sua própria eficácia estrutural. Em outros termos, o conceito de família moderna só se perpetuou de modo tão eficaz através dos últimos séculos devido à tamanha eficácia desta ilusão que os filhos constroem sobre os pais, situando-os enquanto autoridades a serem respeitadas e modelos a serem seguidos. É justamente a partir desta ilusão que se produz uma criança disciplinada.

Vale também lembrar que, segundo Foucault (1996), o poder disciplinar não se exerce unicamente a partir deste jogo de auto vigilância: ele também se sustenta pela formulação e aplicação de uma série de sanções normalizadoras que classificam os indivíduos em conformidade com os padrões da boa disciplina. Assim, destaca-se que





cada uma destas instituições *panópticas* formula suas próprias leis, tendo também seus delitos minuciosamente especificados, bem como suas formas de julgar e castigar. Há nelas, por exemplo, penalidades que levam em consideração o tempo (como atrasos e faltas), a maneira de ser (grosserias, insolências), a postura sexual (indecência, impureza), sendo punidos todos os comportamentos que não se adequam ao que se tem como regra. Aqui, as punições visam basicamente à correção, sendo grande parte delas da ordem do exercício. Como exemplos, estão os aprendizados intensificados dos colégios, as incessantes repetições dos exercícios nos exércitos, dentre outras tantas práticas:

A arte de punir, no regime do poder disciplinar, não visa nem a expiação, nem mesmo exatamente a repressão. Põe em funcionamento cinco operações bem distintas: relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir. Diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto – que se deve fazer funcionar como base mínima, como média a respeitar ou como o ótimo de que se deve chegar perto. Medir em termos quantitativos e hierarquizar em termos de valor as capacidades, o nível, a "natureza" dos indivíduos. Fazer funcionar, através dessa medida "valorizadora", a coação de uma conformidade a realizar. Enfim traçar o limite que definirá a diferença em relação a todas as diferenças, a fronteira do anormal (a "classe vergonhosa" da Escola Militar). A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza (FOUCAULT, 1996, p. 153).

É neste contexto normalizante que os comportamentos passam a ser classificados como "bons" e "maus" a depender da sua conformidade à regra em vigor. Nos colégios surge, por exemplo, o conceito de "bom aluno", aquele que possui notas na ou acima da média, que bem se comporta e faz todas as tarefas que lhe são incumbidas. Ele é também a criança sociável – mas não exageradamente sociável – e que gosta de ficar em companhia dos colegas. De modo inverso, o poder disciplinar também produz o conceito de "mau aluno", aquele com notas abaixo da média, que não consegue se comportar direito, que volta e meia falta com as lições e





que não é lá muito sociável. Há também a figura do “bom professor”, aquele que segue os padrões, cumpre seu trabalho de maneira eficiente e que, por sua vez, é contraposto ao “mau professor”.

Na fábrica também existiria os bons e maus operários e os bons e maus capitalistas, todos classificados em função das normas de eficácia. O mesmo valendo para os inseridos nos exércitos, hospitais, prisões e demais instituições *panópticas*. Importa, portanto, destacar que a disciplina acaba por hierarquizar os comportamentos nos mais diversos graus existentes entre o “bom” e o “mau” para, em seguida, tentar extinguir aqueles situados na parte de baixo do gráfico. A ideia é que todos se pareçam ao final das táticas de correção.

Em suma: a disciplina normaliza e é neste pano de fundo que propomos situar o surgimento do conceito de “família normal”. Ela é bem estruturada, consegue sobreviver aos percalços da vida e, unida por fortes vínculos afetivos, dissemina o amor pelos quatro cantos do lar. Ela é composta por pais unidos pelo matrimônio mesmo quando o amor já acabou há tempos, isto porque eles sabem que um casamento bem conservado é imprescindível ao bom funcionamento da casa. O pai é o provedor financeiro. Ele trabalha visando sustentar a todos e sabe ser seu dever cumpri-lo da melhor maneira possível (por mais que se desgaste em demasia ou mesmo nem o queira). A mãe cuida do lar, da educação das crianças, dos criados e das refeições (por mais que não seja exatamente isso o que ela anseia). A “família normal” e unida se protege dos perigos da vida e, de fato, todos gostam de estar em família, sequer conseguindo se imaginar vivendo de outra maneira. Há também uma luta infundável para que não haja conflitos e, quando estes são inevitáveis, todos farão o possível para resolvê-los. O “pai normal” e a “mãe normal” investem em seus filhos e querem transformá-los em bons adultos, desejam que seus meninos sejam grandes provedores e suas meninas boas mães.

O “menino normal” é bem comportado, estudioso, tem no pai o seu maior ídolo e na mãe a figura mais preciosa. Ele gosta de brincar de coisas de meninos, respeita os adultos, dorme na hora certa, se alimenta bem e, inclusive, pode até namorar várias meninas ao mesmo





tempo. A “menina normal” veste rosa, é recatada e preocupada se vai ou não conseguir um casamento. Ela tem o porte de moça, gosta de brincadeiras tipicamente femininas e fica em casa auxiliando a mãe nas tarefas do lar. Preza por sua pureza e deseja mantê-la, de preferência, até o casamento. É fiel e servil aos pais.

Ora, esta “família normal” se contrapõe à “família desviante” caracterizada por tudo o que ela evita se tornar². Daí a necessidade das práticas contínuas de exame, encarregadas de assegurar que a normalidade da família seja mantida e que todos os desvios sejam jogados para bem longe. Com efeito, Foucault (2013) concebe o dispositivo do exame como aquele através do qual os indivíduos são permanentemente avaliados e imediatamente corrigidos caso algo de errado seja identificado. Ou seja, em um colégio, os alunos são constantemente testados para que se diagnostique e remedie eventuais anormalidades. Em um hospital, os internos periodicamente se entregam a baterias de exames visando à determinação e tratamento de suas doenças. Ao que podemos acrescentar que as famílias modernas também são alvos permanentes de práticas de exame – alguns muito sutis – em vistas de que possíveis anomalias sejam reconhecidas e sanadas.

O interessante é que é no contexto destas infundáveis práticas de exame que Foucault (1996) situa a liberação epistemológica das ciências humanas e sociais. Ou seja, a medicina surge quando o hospital se transforma em um aparelho de examinar no qual se torna preciso reconhecer os doentes, acompanhar suas evoluções e verificar a eficácia dos tratamentos. Da mesma maneira, a pedagogia emerge enquanto ciência quando o colégio passa a examinar seus alunos nas tentativas de avaliar as capacidades de cada um e situar seus níveis em relação à média. Portanto, há que se marcar ser a própria sociedade disciplinar que justifica o nascimento de ciências encarregadas de formular a norma e corrigir os desvios.

² Cabe destacar que a distinção entre esses dois modelos “normal” e “desviante” está sendo trabalhada em um plano meramente conceitual. No cotidiano da sociedade, é claro, os modos de configurações familiares sempre variaram entre estes dois pólos.





Foi deste modo que um imenso exército de psicólogos, pedagogos, médicos, psiquiatras e cientistas sociais se debruçaram sobre as famílias modernas, cabendo a eles identificar o que seria um “bom pai”, uma “mãe normal” ou uma “criança sadia”, tudo isto baseado em teorias muito bem arquitetadas. Ao que tudo indicava, eles estavam descobrindo uma série de verdades sobre como uma mãe deve agir, como um pai deve se portar, como as crianças devem ser educadas e, enfim, como uma família deve se estruturar. Descobre-se verdades do tipo “a separação dos pais gera sérios problemas aos filhos”, “uma família violenta acarreta em um comportamento propriamente agressivo da parte de suas crianças”, “as mulheres devem necessariamente assumir a posição de mães já que esse é um dom a elas natural” e, com base nestas enunciações pretensamente científicas, a própria verdade da família vai sendo trazida à tona.

No entanto, Foucault (2013) denuncia que tais verdades não consistem exatamente em fórmulas descobertas pelas ciências humanas e sociais, mas sim, em algo por elas próprias construído. Por este viés, as ideias de “família normal”, de “mãe anormal”, de “bom pai”, de “criança problema” ou de “adolescente rebelde” se configuram como produções do poder disciplinar que, aliado à ordem do saber, se encarrega de formular um conjunto de verdades sobre seus temas de estudo. Desta forma, não haveria uma verdade última sobre a família e muito menos sobre seus personagens, sendo todas estas enunciações construções de valor meramente histórico e contingencial. Com base nesta argumentação, podemos operar na própria desnaturalização do conceito de família moderna, tema para o qual, à guisa de finalização, voltaremos nosso interesse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao enfatizar as relações entre poder e saber, Foucault (1979) traz para o primeiro plano da discussão a constituição de um regime de verdades construídas pelas ciências, verdades que, por sua vez, possuem papel crucial no processo de produção de indivíduos





disciplinados. É assim que, por exemplo, uma teoria pedagógica que sublinha a importância de uma “família afetuosa” para o futuro de seus filhos produz a própria “família afetuosa”. Com efeito, a partir desta formulação, as mais variadas famílias irão assim se constituir visando o bem estar de seus filhos. Da mesma maneira, uma teoria psicológica que destaca a influência de uma “vida interior saudável” para o bom comportamento dos indivíduos termina por produzir o próprio campo da “intimidade saudável”. Tal como uma teoria sociológica que ao circunscrever a função exata dos pais no trabalho de socialização da criança acaba produzindo “pais normais”, “pais presentes”, “pais preocupados”, etc.

Em suma: não há nada de natural nas ideias de “família afetuosa” (pois uma família não é naturalmente assim), de “vida interior saudável” (já que a própria ideia de interioridade não faz parte da “natureza humana”) ou de “pais normais, presentes ou preocupados”. Todas estas ideias foram construídas ao longo dos últimos séculos e é, portanto, enquanto construções históricas de caráter contingencial que devem ser encaradas.

É por este motivo que Foucault (1988) prefere destacar a vertente produtiva do poder do que propriamente sua dimensão repressora. Ou seja, conforme observamos acima, não haveria necessariamente alguém no alto da torre do *panopticon* – um monarca, Deus ou o pai – encarregado de reprimir os indivíduos. Pelo contrário, em seus escritos, o relevo é concedido aos mais variados discursos e enunciados – dentre os quais se destacam os científicos – encarregados da produção de verdades e de indivíduos propriamente disciplinados conforme estas verdades. Isto porque eles encaram as verdades científicas como naturais – já que o próprio discurso da ciência assim as julga – e acabam por facilmente aceitá-las. Por conseguinte, dá-se a perpetuação de tais verdades através das gerações.

Com base nestes pressupostos, depreendemos ter sido através deste jogo de poder-saber que o conceito de família moderna foi se disseminando pelos últimos séculos, carregando consigo as ideias de afetividade necessária, de intimidade saudável e de normalidade, bem





como de todas as outras verdades a ela associadas. Por este viés, a família disciplinada – afetiva, íntima e normal – é situada enquanto fruto de todo um regime de verdades vinculadas a algumas ciências humanas e sociais, verdades profundamente enraizadas em nossa cultura. Por um lado, a sociedade disciplinar clama por tais ciências, justificando, inclusive, seus nascimentos. Isto porque é imprescindível conhecer o homem e a sociedade a fim de investigar o que neles não funciona muito bem. Por outro lado, essa mesma demanda acarreta na construção de uma série de fórmulas científicas com o poder de produzir indivíduos disciplinados. Ora, estes últimos incorporam tais enunciados sem muito senso crítico – pois, afinal, trata-se de verdades – e tentam seguir adequadamente as prescrições que lhes chegam. Estabelece-se, assim, um jogo de força entre as ordens do poder e do saber que, de tão trincado e tão eficientemente disseminado através das gerações, culmina na naturalização destas verdades.

Quanto a isto, é necessário marcar que apesar de Foucault conceder maior atenção ao modo como o discurso científico produz verdades, todo este jogo de forças não se reduz a ele. Nesta medida, uma parte considerável das formações discursivas em jogo em uma sociedade – e aqui a expressão “formações discursivas” deve ser entendida de forma ampla, abarcando enunciados religiosos, artísticos, dentre outros – participa do processo de produção de indivíduos. Conforme vimos, o próprio Ariès (2002) situou o discurso dos moralizadores do início da época moderna – em conjunto com os discursos das próprias famílias – como imprescindíveis para a construção do sentimento de infância, bem como dos ideais de afetividade em jogo na estrutura familiar.

Trata-se, portanto, de denunciar este imbricado jogo de forças que abarca as dimensões do discurso, do poder e da produção de verdades. Deste modo, o trabalho de desnaturalização do conceito de família moderna deve necessariamente envolver a tentativa de abertura de algumas brechas por entre os meandros desta trama e daí a importância de trazer para o primeiro plano da discussão as teorias de Ariès e Foucault. Temos aqui dois autores que atuam no sentido da





desnaturalização de tendências há muito validadas, justamente, por demonstrar que as verdades a elas associadas valem apenas para uma determinada configuração social, tendo sido nela instituídas em um dado período da história. Não se trataria de verdades absolutas, universais ou mesmo ligadas a qualquer espécie de essência seja da família, da afetividade, da intimidade ou da normalidade.

No entanto, vale marcar que, por mais que as verdades em jogo na conceituação da família moderna sejam produções discursivas, nem por isso, elas são menos eficazes ao nível da experiência concreta. Assim, mesmo que, em uma situação ideal, toda a sociedade venha a adquirir a exata consciência de que a família afetiva, íntima e normal é uma construção histórica e contingencial, nem isso, se aceitará de modo mais fácil a emergência de novas configurações familiares. De fato, estamos lidando com valores há muito enraizados na sociedade e que, mesmo que não digam respeito a variáveis ligadas à ordem da natureza, ainda assim, possuem uma força de peso considerável. Daí a necessidade de concluirmos com duas pequenas – porém importantes – observações.

A primeira remete à constatação de que esta tentativa de desnaturalização do conceito de família moderna encontra seu maior obstáculo na própria naturalização com a qual uma parcela considerável da sociedade ainda encara os fenômenos ligados à família. Ou seja, por mais que a proposta de desconstrução das tendências disciplinares já se faça presente há mais de um século, uma pluralidade imensa de indivíduos não consegue se livrar de paradigmas que, apesar de antigos, insistem em manter todo o seu vigor. Como exemplos, mencionamos aqueles que, em nome de uma religião, estilo de vida ou ideologia qualquer, se apegam à ilusão de que a família é o bem mais precioso e que, portanto, deve ser a todo custo preservado. Dentre eles estão os que teimam em permanecer em um casamento já falido por causa de formulações discursivas que associam a família à uma dádiva divina, como imprescindível à educação das crianças ou mesmo como base de sustentação da sociedade. Neste aspecto, soa estranho que, se em uma situação ideal, este casal efetivamente se separe, ambos poderão vivenciar o divórcio como um pecado a ser





incisivamente expiado, sendo também viável que seus filhos realmente passem por dificuldades no colégio ou que a família como um todo se sinta desamparada frente a um mundo hostil. De tão enraizadas que são as verdades ligadas à família, para estes, de nada – ou quase nada – adiantaria apontar que os valores que alguns tanto perseguem não passam de construções históricas.

Já a segunda observação é um pouco mais complexa e diz respeito àqueles que, de certa maneira, conseguem se livrar de alguns dos ideais ligados à família moderna, mas apenas às custas de um grande sentimento de desamparo, culpa ou pela aquisição de uma postura eminentemente saudosista. Dentre estes se situam os casais homoparentais desamparados em relação à criação de seus filhos por ainda não terem certeza de que suas educações em nada serão prejudicadas porque as crianças não possuem um pai e uma mãe. Há também o caso da mulher culpada por precisar ou ter decidido trabalhar fora de casa e não ser uma “boa mãe” ou uma “mãe presente” ou dos pais que, devido às urgências da vida, trabalham em casa aos fins de semana e se ressentem disso atrapalhar a intimidade do lar. Nesta mesma esteira, há os pais divorciados que julgam que tal opção atrapalha o desenvolvimento dos filhos e tentam compensar esta “falha” através de mimos e incontáveis presentes. Finalmente, há aqueles que constituíram uma família em muito distante dos padrões modernos, mas se sentem saudosos da família na qual foram criados como se este fosse o modelo “correto” de estrutura familiar. Em todos estes exemplos, percebemos o quanto que, paradoxalmente, os valores disciplinares permanecem vivos mesmo naqueles que criticam padrões seculares e escolhem abandonar paradigmas há muito instituídos.

Com efeito, tais casos demonstram o quanto é árduo o trabalho de desnaturalização do conceito de família moderna. Talvez isso ainda leve muito tempo para se efetivar, tal como a família moderna precisou de um longo intervalo de tempo para se constituir. Vivemos hoje em uma época de transição na qual ao mesmo tempo em que valores antigos são problematizados, ainda assim, não cessam de demonstrar





sua força. No entanto, por mais difícil que seja nossa tarefa, não devemos abandoná-la, pois como ela conseguiremos, de certa maneira, aliviar o sentimento de estranheza daqueles que se deparam com tantas transformações, bem como abrir o devido e necessário espaço para a entrada em cena de novas configurações familiares.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 2002.
- FIGUEIREDO, Luis Claudio. A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação. São Paulo: Escuta, 2007.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. História da sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- _____. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2013.
- RANUN, O. Os refúgios da intimidade. In: ARIÈS, P.; DUBY (Orgs.). História da vida privada vol. 3. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2009. p. 211-261.
- REVEL, J. Os usos da civilidade. In: ARIÈS, P.; DUBY (Orgs.). História da vida privada vol. 3. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2009. p. 169-209.

Recebido em: 13 de agosto de 2018
Aceito em: 15 de outubro de 2018





NAS PÁGINAS DA IMPRENSA: INTELLECTUAIS E COTIDIANO EM MATO GROSSO (1880-1920) – CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA A PESQUISA HISTÓRICO-EDUCACIONAL

Adriana Aparecida Pinto¹

RESUMO: O presente artigo evidencia o exercício de pesquisa histórica partindo do uso dos impressos de natureza periódica como documentação principal, assim constituídos como fontes de pesquisa, visando à investigação de aspectos que, embora possam ser isolados como objetos de análise historiográfica, inter-relacionam-se na convergência de um cenário comum – a configuração cultural do território mato-grossense, entre os anos de 1880 a 1920. Ao tomar a imprensa como fonte principal para a compreensão de aspectos da sociedade que se inscreve (PINTO, 2001; 2013; 2017, 2018), opacionados em fontes de outra natureza, busca-se apreender em que medida esses dispositivos foram utilizados para a promoção e difusão do ideário que reforçava a busca por modernidade e alçar as localidades em que circulavam à condição de país civilizado. Partimos do pressuposto que, em Mato Grosso, a imprensa deve ser colocada ao lado dos progressos materiais que gradativamente chegaram ao território na segunda metade do século XIX, constituindo-se ela mesma num agente transformador da sociedade e disseminador de cultura.

Palavras-chave: imprensa periódica, história; jornais de Mato Grosso.

Ao sinalizar que “o dever de um jornal não é exclusivamente procurar dar o que agrada, é também e principalmente procurar dar o que é útil, o que pode produzir proveitosos fructos, ou que ao menos sirva para despertar o gosto e o amor pelas letras” (*O Corumbaense*, n. 60, 16/02/1881, p. 01) a imprensa mato-grossense dos anos finais do século XIX, colocava-se como importante veículo de educação, comunicação e circulação de ideias no cotidiano citadino.

¹ Pós-Doutora no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Júlio Mesquita Filho (UNESP) e Professora Adjunto III nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Email: adrianapintoufgd@gmail.com





Os estudos realizados em pesquisas anteriores (PINTO, 2001; 2013; 2017; 2018) forneceram indicativos de que esta imprensa em Mato Grosso, foi terreno fértil para a produção de saberes e circulação de ideias, disseminando valores, leituras de mundo, práticas culturais e posturas políticas. Entendendo que essa tipologia documental – impressos de natureza periódica – auxilia na compreensão de fatores opacionados em outro tipo de documentação, pautamo-nos no esforço teórico e metodológico de apresentar possibilidades do seu estudo e pontuar resultados de pesquisas relacionadas à tipologia documental, visando dar a conhecer aspectos que, embora possam ser isolados como objetos de análise historiográfica, inter-relacionam-se na convergência de um cenário comum – a configuração cultural do território mato-grossense, entre os anos de 1880 a 1920.

Por meio da pesquisa histórica é possível capturar a circulação de ideias e pessoas, no exame de jornais de períodos recuados, ainda que pesem a dificuldade de identificação de autoria, a irregularidade na sequência das publicações e o próprio acesso à documentação, por vezes encontrada em condições de leitura limitadas e acervos distintos. Mesmo com produção modesta quando comparada aos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, Mato Grosso figura nos *Anuários Estatísticos Brasileiros* (1908-1912), entre os Estados que contam com atividades editoriais desde a primeira metade do século XIX. Os primeiros jornais mato-grossenses datam de 1839/40, com circulação iniciada em Cuiabá, com frequência e regularidade limitadas e edições nem sempre contínuas.

Moraes (2003) destaca que, entre os anos de 1839 a 1878, circularam em Mato Grosso aproximadamente 13 jornais, nas décadas seguintes (1878-1920) o número de títulos aumenta vertiginosamente, passando à 73 em circulação. Essa profusão de títulos pode ser, em boa medida, atribuída ao desenvolvimento de novos centros urbanos, as cidades portuárias que sediaram boa parte dos jornais em circulação no período e ao surgimento de Partidos Políticos, Ligas, Associações Literárias, Dramáticas e Científicas que alimentavam as notícias do cotidiano mato-grossense e protagonizaram embates com setores estabelecidos na sociedade, como a Igreja e grupos políticos.





Não se pretende, neste texto, apresentar a história da imprensa ou do jornalismo de Mato Grosso: muito embora considera-se que o campo histórico ainda deve realizar essa tarefa, visto que a produção acessível se encontra alicerçada em trabalhos produzidos até a década de 1970, culminando com “A Imprensa de Mato Grosso” de Pedro Rocha Jucá, originalmente publicado em 1986 e reeditado como edição comemorativa do centenário da Imprensa em Mato Grosso (JUCA, 2010). No entanto, a proposta abre caminhos para estudos futuros sobre história e educação em/sobre Mato Grosso, visto que a imprensa figura como um espaço de alocação, formulação e divulgação da dimensão político-social, em primeira instância, mas também cultural. Sobre a importância da imprensa e sua representatividade como força dominante nos processos de produção e circulação do conhecimento, Sergio Miceli assevera:

Não havendo, na República Velha, posições intelectuais autônomas em relação ao poder político, o recrutamento, as trajetórias possíveis, os mecanismos de consagração, bem como as demais condições necessárias à produção intelectual sob suas diferentes modalidades, vão depender quase que por completo das instituições e dos grupos que exercem o trabalho de dominação. Em termos concretos, toda vida intelectual era dominada pela grande imprensa, que constituía a principal instância de produção intelectual da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais. (MICELI, 2001, p. 17, grifos nossos)

No sentido de exemplificar estratégias de mapeamento e organização das informações coligidas em jornais examinados, o quadro abaixo fornece elementos para iniciar a compreensão do cenário e delinear questionamentos:

Quadro 1 – Circulação e especificidades dos jornais mato-grossenses entre os anos de 1880 a 1920

Jornal/ Localidade	Período de circulação	Período em estudo	Valor avulso	Circulação Dia da semana	Valor das assinaturas			
					Mensal	Trimes.	Semes.	Anual
<i>A Província de Matto Grosso</i> (Cuiabá)	Ano I – 1879 Ano XI - 1889	1880-1890	\$400	Semanal Domingo	*	*	8\$000	15\$000
<i>O Republicano</i> (Cuiabá)	Ano I - 1895 Ano IV - 1899 Interrupção Ano I - 1916 Ano VIII - 1950	1890-1920	\$200	Semanal Quinta e Domingo	*	*	8\$000	15\$000
<i>Oasis</i>	Ano I - 1888	1880-1900	*	*	*	*	*	*



(Corumbá)	Ano IX - 1896							
<i>A Reação</i> (Cuiabá)	Ano I - 1902 Ano 1913	1900-1920	*	periódica Domingo	*	6\$000	*	*
<i>O Autonomista</i> (Corumbá)	Ano I - 1904 Ano V - 1909	1900-1910		Semanal sábado	*	5\$000	9\$000	17\$000
<i>O Corumbaense</i> (Corumbá)	Ano I - 1880 Ano IX - 1889	1880-1890	\$160	Uma vez por semana Domingos	1\$000	*	8\$000	14\$000
<i>O Brazil</i> (Corumbá)	Ano I - 1902 Ano VIII - 1910	1900-1910		Semanal				

Fonte: PINTO, 2018.

***a informação não consta nas edições examinadas**

No quadro acima é possível observar o registro de títulos examinados, com enfoque no período de circulação entre os anos de 1880 a 1920. Estratégia metodológica para compreender a circulação dos jornais, a consolidação dos dados em formato de quadros auxilia na visualização dos dias da semana em que vinham à público, valores comerciais praticados para venda avulsa e/ou modalidades de assinatura, períodos de circulação e interrupção. Todos esses aspectos foram analisados à luz do período em que circularam, classificados metodologicamente por décadas de estudo, o que favoreceu compreender, na medida do possível, as continuidades e rupturas do projeto editorial em exame. Em estudo concluído recentemente (PINTO, 2018) foram examinados os 7 (sete) títulos mencionados no quadro 1, buscando entender o papel dos editores e redatores, como intelectuais do seu tempo, e com atuação na imprensa e em diversos setores da sociedade.

Majoritariamente, no período a que se refere esse estudo, os jornais circularam nas cidades de Cuiabá e Corumbá, posto que essas localidades ocuparam postos de destaque na configuração política e econômica do Estado, em virtude de serem importantes entrepostos comerciais. João Carlos Souza estabelece um panorama para o cenário daquela localidade, revelando seus pontos fortes e suas fragilidades:

É significativo que a navegação internacional, que tinha seu ponto terminal em Corumbá e era realizada por navios de maior calado, já na primeira década após a Guerra com o Paraguai, contribuiu para que a cidade se tornasse polo de distribuição das mercadorias para a capital Cuiabá, bem como para outras regiões da Província. (SOUZA, 2008, p. 36)





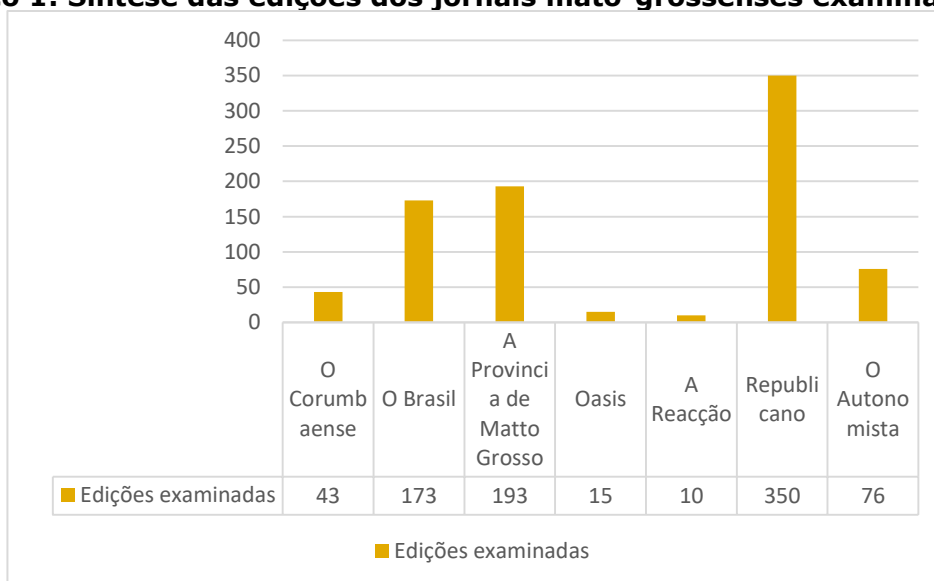
E em outra passagem destaca,

Assim como o telégrafo, a ferrovia gerou expectativas de grande progresso para a região sul do estado e a imprensa identificava essas novas tecnologias de comunicação e transporte como o ingresso, o passaporte que colocaria Mato Grosso no nível da civilização. Cada um desses acontecimentos provocou análises que partiram de pressupostos comuns sobre o significado desses símbolos da modernidade, mas com percepções diferentes quanto aos seus resultados com relação ao futuro das duas principais cidades de Mato Grosso, a capital Cuiabá e a portuária Corumbá. (SOUZA, 2008, p. 49)

Os sujeitos dessa história que se busca ensaiar estiveram ligados direta e indiretamente a lugares sociais que lhes possibilitaram, em boa medida, difundir seus interesses pessoais ou dos grupos aos quais pertenciam, militavam ou eram vinculados em âmbito profissional ou religioso. Dar visibilidade à essas redes de atuação, espaços de sociabilidade e conformação de ideias e interesses socioculturais, com fundo por vezes moral-educacional, é tarefa para o pesquisador que deseja debruçar-se sobre esses “papeis velhos”.

Em termos quantitativos, o Gráfico 1 evidencia a documentação examinada:

Gráfico 1: Síntese das edições dos jornais mato-grossenses examinadas





Fonte: PINTO, 2018.

O Gráfico 1 possibilita perceber o volume de material examinado em estudo já referido: 860 dias de jornais, classificados nos títulos e períodos de estudo que seguem: *O Corumbaense* (1880-1890), *O Brasil* (1900-1910), *A Província de Matto Grosso* (1880-1900), *Oasis* (1890-1900), *A Reacção* (1910-1920), *Republicano* (1890-1920) e *O Autonomista* (1900-1920), os quais no diálogo com o quadro 1 torna-se possível ampliar as informações sobre cada um dos títulos. A estratégia da quantificação, apoiada em uma estatística descritiva, dá visibilidade aos dados, tornando a hipótese de trabalho mais factível aos olhos do leitor.

Os jornais inscrevem-se nesse movimento de povoamento, organização e expansão do território mato-grossense, explorados em estudos históricos regionais. A profusão de títulos, observada por Moraes (2003), reconhecida neste trabalho, insere-se em uma ambiência nacional, descrita por Eliana Dutra como República das Letras, movimento que estava em curso desde os anos de 1840 (DUTRA, 2005). A prática do jornalismo tornaria-se, para aqueles sujeitos históricos, o lugar mais adequado de obter rendimentos, gratificações e posições intelectuais, funcionando paralelamente às atividades profissionais e políticas desenvolvidas por muitos que escreviam nos jornais da época, sendo um “expressivo canal de divulgação de seus textos e ensaios” (DUTRA, 2005, p. 22).

Os jornais, em conformidade com José Murilo de Carvalho, foram formas de traduzir em ações concretas os princípios de uma época.

Após 1821, vários jornais apareceram representando grupo, facções, ou mesmo indivíduos isolados. Muitos dos principais políticos da época, e alguns dos principais intelectuais (frequentemente eram as mesmas pessoas), tinham seu jornal. Em geral de curta duração, essas folhas eram o principal veículo de debate político e cumpriram papel importante no aprendizado democrático. (CARVALHO, 2000, p. 139).

O interesse em dar a conhecer esses “sujeitos ordinários” (CERTEAU, 2014) da escrita mato-grossense, Homens de Letras





(DUTRA, 2005), Homens de Saber ou Ancestrais da Intelectualidade (BOTO, 2017), Escritores-cidadãos (SEVCENKO, 1983), intelectuais-historiadores (GOMES, 2013) ou grupo de notáveis, como aponta o historiador sul mato-grossense Oswaldo Zorzato (1998), sustenta a hipótese defendida neste texto, que os qualifica como intelectuais mediadores. Quem foram, onde estiveram, que recursos de escrita mobilizaram para expor suas ideias, de seus grupos de pertencimento social e cultural e como a imprensa, em caráter decisório, torna-se ferramenta essencial para o alcance de seus objetivos. Sabe-se que vários, além de escrever na imprensa, também eram professores, isso ampliava suas possibilidades de intervenção no espaço público? Qual o papel desempenhado pela imprensa que, como se sabe, era um elemento essencial da constituição do campo letrado no Brasil? Antes ainda, vale questionar: seria o jornal um meio de comunicação “nobre” e significativo para circulação de ideias desses intelectuais?

Em relação a Mato Grosso, Sibeles de Moraes ensaia uma análise sobre os papéis atribuídos aos intelectuais do Estado. Na visão dessa autora, Mato Grosso destoava da construção de uma imagem progressista e moderna que se pretendia do Brasil entre a segunda metade do século XIX e início do XX, visto que “Mato Grosso, a partir do olhar do viajante estrangeiro, era visto como uma região de “atraso”, de “vazio”, e a população local como “incivilizada” (MORAES, 2003, p. 14-5). Nesse sentido, destaca o esforço dos intelectuais mato-grossenses na busca por um novo conceito, contrário àquele que dominava o território: “Assim, as manifestações culturais mato-grossenses constituíam-se na busca da construção da identidade regional, com o resgate da origem bandeirante do povo de Mato Grosso. Paradoxalmente, esse passado permitia pensar, aos olhos desses intelectuais, em um Mato Grosso promissor de riquezas inesgotáveis. ” (MORAES, 2003, p. 14-5).

Perpassa a essa noção de intelectual a legitimidade na produção de discursos veiculados de modo a formar opiniões sobre os aspectos aos quais se relaciona. Há que se contar, ainda, com a validação e reconhecimento dos pares em seu espaço de inserção. Esses





intelectuais assumiram a função de historiadores de Mato Grosso, com a incumbência de forjar a memória e história da localidade visando à conformação de uma identidade regional. No entanto, pretende-se ampliar esse grupo buscando na imprensa sujeitos afastados do campo intelectual, mas qualificados como “intelectuais de seu tempo”(GOMES, 2013, p. 38), por sua posição no campo cultural, político e social, e por sua participação ativa na imprensa regional. Corroborar-se, assim, com o entendimento de Gomes quando sinaliza que “o ofício de historiador era executado por uma categoria mais abrangente de intelectuais: dos ‘homens de letras’” (GOMES, 2013, p. 38).

A importância desses sujeitos históricos, no lugar que estiveram e ocuparam dentro de uma certa tradição historiográfica regional, ampliada pelas lides com a imprensa, produzida por outros sujeitos ordinários, que a seus modos, em seus espaços de produção e circulação de ideias, também desempenharam papéis semelhantes, possivelmente, com menos projeção, mas não com menos importância simbólica. Ao se posicionarem sobre política, modos de educação, religiosidades, elementos da tradição histórica e cultural ou amenidades, os “nossos homens de letras” teceram uma rede de conhecimento, ora paralela aos intelectuais constituídos e consolidados no cenário local, ora antagônica, pois enfrentaram temas considerados menos nobres, do ponto de vista das formulações de pensamento, mas que interferiram significativamente na compreensão de aspectos socioculturais da vida cidadina, seguidos de preceitos morais, curiosidades, ditados populares, charadas, poemas, anedotas.

A circulação em duas a três vezes por semana foi considerada um dado significativo para compreender as representações forjadas por grupos de editores bem como os interesses em voga. Por meio das notas da imprensa era possível vislumbrar aspectos da sociedade mato-grossense, tendo em vista que o regime republicano se encontrava em vias de implementação, e em momento seguinte mais sedimentado, ainda que guardando significativas marcas do regime consolidado nas tradições familiares herdadas do império. Dos anos de 1880 em diante, de acordo com o ideário político que orientava o





desenvolvimento do país, Mato Grosso estaria na agenda de localidades a receber atenção, em virtude de sua condição geográfica favorável para a produção agropastoril e do seu amplo território, ainda a ser explorado.

Em relação ao processo de povoamento/ocupação, à época da transição dos regimes políticos, Mato Grosso contava em 1890, 12 municípios; em 1900, 14 municípios; em 1910, 17 municípios e encerra em 1920 sinalizando 21 municípios distribuídos no território mato-grossense. O quadro 2 sinaliza a organização territorial de Mato Grosso.

Quadro 2- Relação dos Municípios de Mato Grosso (1890 a 1920)

1890	1900	1910	1920
Corumbá (S)	Campo Grande	Aquidauana	Aquidauana
Cuiabá	Coxim	Bela Vista	Bela Vista
Diamantino	Corumbá	Campo Grande	Campo Grande
Levergeria	Cuiabá	Corumbá	Corumbá
Livramento	Diamantino	Coxim	Coxim
Mato Grosso	Livramento	Cuiabá	Cuiabá
Miranda (S)	Mato Grosso	Diamantino	Diamantino
Nossa Senhora do Rosário Acima	Miranda(S)	Livramento	Livramento
Poconé	Nioac (ex-Levergeria)	Mato Grosso	Mato Grosso
Santana do Paranaíba (S)	Nossa Senhora do Rosário Acima	Miranda (S)	Miranda (S)
Santo Antonio do Rio Abaixo	Poconé	Nioac	Nioac
São Luiz de Cáceres	Santana do Paranaíba (S)	Nossa Senhora do Rosário Acima	Poconé
	Santo Antonio do Rio Abaixo	Poconé	Ponta Porã
	São Luiz de Cáceres	Santana do Paranaíba (S)	Porto Murtinho
		Santo Antonio do Rio Abaixo	Registro do Araguaia
		Santo Antonio do Rio Madeira	Rosário do Oeste (ex-Nossa Senhora do Rosário Acima)
		São Luiz de Cáceres	Santana do Paranaíba
			Santo Antonio do Rio Abaixo
			Santo Antonio do Rio Madeira



			São Luiz de Cáceres
			Três Lagoas
Total: 12	Total: 14	Total: 17	Total: 21

Fonte: FANAIA, 2010, p. 75.

Adapt.: PINTO, 2018.

Muitos dos embates políticos e religiosos assumiam postura de enfrentamento explícito nos jornais, apresentando, por exemplo, rivalidades entre os grupos católicos e anticlericais, em nome da divulgação e consolidação de um conjunto de ideias que levaria, supostamente, Mato Grosso à superação do estado de latência em que se encontrava. Em meados de 1910, a Liga dos Livre-Pensadores valeu-se da imprensa periódica para demarcar seu espaço de atuação, divulgar ideais e publicizar antagonismos em relação aos grupos religiosos estabelecidos, sobretudo àqueles vinculados à Igreja Católica.

O jornal *A Reacção* foi porta-voz deste grupo, congregando número significativo de membros que ocupavam lugares socialmente destacados nas sociedades cuiabana e corumbaense. Os católicos, por sua vez, constituíram, segundo Moraes “um grupo intelectual ligado Igreja Católica” (2003. p. 28) valendo-se igualmente da imprensa para promulgar suas ideias e realizar tanto suas defesas quanto acusações ao grupo opositor. O jornal *A Cruz*, considerado por Canavarros “o mais representativo da cidade [de Cuiabá] do ponto de vista cultural (...) tinha enfoque cultural e preocupação catequética, doutrinária, procurando travar embates de ideias, valores, evitando as configurações personalísticas e partidárias” (CANAVARROS, 2009, p. 359) figurou como importante elemento para compor o cenário de disputas à época.

Os textos em ambos os jornais personalizavam, sem dúvida os comportamentos considerados inadequados e ideias fora do lugar.

Ao registrar a significativa participação de religiosos nos debates socioculturais, estes alçam também à condição de intelectuais mediadores: atuaram como professores em escolas das congregações e públicas; foram diretores de instituições escolares destinadas à





formação da elite mato-grossense; compartilharam de equipes editoriais de jornais diversos; produziram manuais de ensino; editaram e colaboram em Revistas, a exemplo da *Revista Matto Grosso* (PINTO, 2010), promovendo a difusão de conhecimento sobre seus valores e outros de maior envergadura, como seu projeto educacional para a sociedade mato-grossense.

Em Franco localizou-se outra abordagem sobre o papel e importância atribuída aos intelectuais em Mato Grosso. A autora destaca que “um dos exemplos esse esforço, e dos objetivos que uniam a intelectualidade mato-grossense, pode ser observado através da representação dos símbolos do estado como, no caso, a composição do brasão de armas, elaborado em 1918. (...) A simbologia da imagem do brasão e os temores que rondavam a intelectualidade mato-grossense demonstram o poder que a memória coletiva possui.” (FRANCO, 2009, p. 43) Ao que nos parece os estudos sobre os intelectuais mato-grossenses buscam versar e identificar o papel destes profissionais, que assumiram o papel de historiadores de Mato Grosso, a incumbência de forjar a memória e história da localidade com vistas à conformação do perfil identitário regional.

Nesse sentido, ampliamos a análise, partindo da importância desses sujeitos históricos, no lugar que estiveram e ocuparam dentro de uma certa tradição historiográfica regional, contudo, oportunizamos, por meio da imprensa, conhecer outros sujeitos ordinários, que a seus modos, nos seus espaços de produção e circulação de ideias, também desempenharam papel semelhantes, possivelmente, com menos expressão divulgada, mas não com menos importância simbólica, como já sinalizado anteriormente.

As obras que dão conta dos momentos iniciais da imprensa em Mato Grosso tendem a apresentar caráter laudatório, mas são importantes por conterem informações que permitem redesenhar o caminho da imprensa no estado. Pedro Rocha Jucá divide o desenvolvimento da imprensa mato-grossense em três fases:

A primeira corresponde à da Typographia Provincial, que vai de agosto de 1839 a 31 de agosto de 1848, quando a primeira





tipografia oficial mato-grossense foi posta em hasta pública [...]. A segunda fase é a dos jornais particulares publicando os atos oficiais, compreendendo o período que vai de 2 de setembro de 1848, quando circulou o primeiro número do jornal ECHO CUIABANO, editado pela gráfica montada com a aquisição do equipamento da Typographia Provincial, indo até o dia 2 de maio de 1890, quando o general Antonio Maria Coelho, primeiro governador do Estado de Mato Grosso, rescindiu, pelo seu Acto n. 181, o contrato celebrado com o Sr. Victal Baptista de Araujo, proprietário do jornal "A GAZETA", para publicar os atos oficiais. A terceira fase, a atual, começou dia 8 de maio de 1890, com a implantação da Typographia do Estado, e com a circulação do primeiro número do jornal "GAZETA OFFICIAL" (JUCA, 1986, p. 04).

Defendemos a proposição de que a imprensa deve ser colocada ao lado dos progressos materiais que gradativamente chegavam a Mato Grosso nas décadas finais do XIX e primeiras do século XX, constituindo-se ela mesma num agente transformador. Os jornais difundiam os ideais das instâncias políticas e do poder, representados pelas famílias tradicionais, que se alternavam na direção do estado e se ramificavam pelas municipalidades. Os jornalistas, categoria ainda fluída à época em termos profissionais, desfrutavam de legitimidade social, pois se vinculavam à produção, circulação e divulgação de valores notadamente reconhecidos e valorizados socialmente.

Lylia Galetti fornece argumento para atestar a relevância do estudo sobre os impressos, ao sinalizar a importância da cultura escrita para a conformação do ideário de nação mato-grossense:

Um povo que desejasse ser uma nação teria que preencher ao menos três critérios: ter uma história, um passado que demonstrasse sua associação a um Estado estruturado, de passado recente ou "razoavelmente durável"; ter uma elite cultural "[...] longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo literário escrito; provada capacidade para a conquista, sinal do sucesso evolucionista enquanto espécies sociais." (HOBBSAWN, 1990, apud GALLETI, 2012, p. 25, grifos nossos).

Partindo de uma conceituação ampla de intelectuais, tal como proposta por Jean-François Sirinelli (1998, 2003), incluem-se professores e educadores profissionais no caso mato-grossense. Não raro, os jornalistas da época fundaram escolas, atuaram em instituições como a Escola Normal de Cuiabá, o Liceu Cuiabano e em outras instituições escolares, permitindo efetivar a ampliação do





conceito de intelectual, compreendido para além dos membros de Associações Científicas ou Literárias, dos Institutos Históricos do Rio de Janeiro e, posteriormente, de Mato Grosso ou conceituados memorialistas referenciados por uma parte da historiografia mato-grossense. Nessa direção, as observações de Maria Teresa dos Santos Cunha, ao analisar o papel de professores na produção de manuais de normas de civilidade, corroboram com nosso entendimento:

professores são considerados gente de letras, são intelectuais: aqueles que escrevem e produzem ligados às demandas do seu tempo. Gentes de letras lêem e escrevem; pelas artes da escrita salvam os seres humanos do esquecimento, transmitem as suas interioridades, mesmo aos distantes ou ausentes, eternizam em folhas idéias e saberes, elevam a significados diversos a ordem do existente (CUNHA, 2007, p. 97).

Ao qualificar esse grupo de sujeitos como intelectuais mediadores, consideramos a mediação cultural que desempenham, por definição educativa, pois parte de um princípio que os sujeitos históricos pretendem deixar um legado de conhecimentos aos pósteros.

A figura do intelectual, como sujeito pensante e agente, ganha centralidade e concretude. Os intelectuais têm um processo de formação e aprendizado, sempre atuando em conexão com outros atores sociais e organizações, intelectuais ou não, e tendo intenções e projetos no entrelaçamento entre o cultural e o político. Nessa acepção, o conceito de intelectual é, como todos os conceitos políticos e sociais, fluido e polissêmico. (GOMES & HANSEN, 2016, p. 12).

Em uma abordagem mais clássica no campo, Jose Murilo de Carvalho assevera que muitos dos intelectuais que publicavam nos jornais de época, assumiam publicamente o papel de “educadores da opinião, de pedagogos da cidadania, ou, na linguagem da época, de divulgadores das luzes. O próprio nome do jornal às vezes reflete tal propósito.” (CARVALHO, 2000, p. 139) Conforme assinala Marco Morel, “esses novos agentes culturais e políticos, os redatores, tinham nome e rosto na sociedade que buscava se efetivar como nação brasileira. Eram, com frequência, construtores do Estado nacional.” (MOREL, 2008, p. 39). Editores, articulistas, redatores, se tornaram, a nosso ver, personagens importantes, pois traduziram, por meio da sua





escrita, determinados modos de ver e entender a sociedade, a partir de seus lugares sociais.

Os estudos inaugurais de Oswaldo Zorzato (1998) e Lylia Galetti (2012) abordam, em momentos distintos, a configuração e representação de aspectos ligados à instauração de uma cultura intelectual em Mato Grosso para contrapor um conjunto de representações forjadas sobre o território, a partir da leitura de memorialistas, viajantes e outros “forasteiros” que escreveram sobre Mato Grosso, sem, contudo, abordar essa problemática pela via dos impressos periódicos. Zorzato destaca três obras emblemáticas para a historiografia de Mato Grosso, produto de historiadores regionais – *Quadro Corográfico de Mato Grosso* (1906), *Datas Mato-Grossenses* (1919), ambas de Estevão de Mendonça e a produção encomendada *Álbum Gráfico de Mato Grosso* (1914). Desse cenário emergem os nomes e trajetórias de: “(...) Antônio Fernandes de Souza, Firmo Rodrigues, Filogônio de Paula Corrêa, João Barbosa de Faria, Estevão de Mendonça, José Barnabé de Mesquita e Virgílio Corrêa Filho. De todos eles, os três últimos são, sem dúvida, os de maior expressão para a memória historiográfica mato-grossense.” (1998, p. 28). Atuando como historiadores, com participação ativa na imprensa mato-grossense, não passaram, na análise de Zorzato de “escribas dos governos os quais estão ligados e que, em geral, viabilizam as publicações de suas obras.” (1998, p. 163)

Embora essa movimentação compreenda os anos de 1890 a 1930, o autor relativiza a contribuição da imprensa periódica. Com base em Sirinelli (1998, 2003), deduz-se que o grupo ao qual Zorzato qualifica como elite intelectual mato-grossense constitui-se também, ao lado de outros, como intelectuais mediadores. Dentre estes identificamos professores, como Filogônio de Paula Correa, Gustavo Kuhlmann e Firmo Rodrigues, que atuaram no Liceu Cuiabano e foram ainda redatores, editores e/ou colaboradores nos jornais em circulação. Sirinelli pontua que em determinados momentos da história os estudos sobre as elites culturais situam-se numa espinhosa encruzilhada, visto que por vezes os mesmos sujeitos do campo cultural situam-se e movimentam-se fortemente no campo político.





Os intelectuais qualificados por Zorzato foram aqueles, também memorialistas, que consolidaram por meio de obras extensas e vultuosas, algumas com características de compêndios, uma historiografia mato-grossense. São sujeitos históricos que estiveram envolvidos em várias esferas da vida social, pública e política, mas não foram os únicos. Sob esse aspecto, valem as indicações de Sirinelli: "O meio intelectual não é um simples camaleão que toma espontaneamente as cores ideológicas de seu tempo. Concorre, pelo contrário, para colorir o seu ambiente. Os letrados raciocinam de maneira endógena, mas o ruído dos seus pensamentos ressoa no exterior." (SIRINELLI, 2003, p. 265).

Há que se considerar, para o exame das mediações culturais e circulação de ideias, os diálogos estabelecidos para além das fronteiras mato-grossenses, via permutas/trocas entre os jornais, o que colocava Mato Grosso em uma rota significativa de lugares pelos quais a informação precisava chegar. Registram-se o recebimento de notícias de Campinas (SP), Pelotas (RS), Rio de Janeiro. Em 1881 lia-se n' *O Corumbaense*:

*Jornaes: Recebemos pelo último paquete os seguintes jornaes, cuja remessa agradecemos: O Cruzeiro, Gazeta de **Campinas**, Diario de **Santos**, O **Cearense**, O Regenerador, Tribuna do Commercio, Baixo **Amazonas**, Gazeta de **Uberaba**, A Provincia de **Minas**, Monitor Campista, O Commercio, O **Espirito Santense**, Diario de Noticias, O Leopoldinese, O Tribuno e Le Messenger du Brésil. (Noticiario, O Corumbaense, n. 60, 16/02/1881, p. 02).*

Os recursos de transcrição das notas da imprensa nacional e estrangeira, frequentemente utilizados pelos redatores no período, são entendidos como estratégias discursivas as quais fomentam os princípios de circulação de ideias: formas de evidenciar o conjunto de referências tidas como modelares para a implementação de práticas culturais e sociais. Revelam o conhecimento de situação de outras localidades, internas e externas ao país, fomentam e estimulam o desenvolvimento, em conformidade com os padrões que se almejava para o período. Ao eleger sistemas de referência, pautados pelo





sucesso obtido a imprensa mato-grossense se revela atenta à movimentação sociocultural do mundo moderno, direcionando seus esforços para que essas conquistas chegassem até o Brasil Central. Acusados de fazer uma história imediata, esses ilustres anônimos deixaram sua marca, mesmo que sob pseudônimos variados de uma mesma pessoa, na construção de modos de ler a realidade social do período em que se inseriram.

TRILHANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA COM IMPRENSA: CONSIDERAÇÕES E POSSIBILIDADES

Ao associar os nomes às ideias não se pretende criar formulações apologéticas sobre esses ou aqueles sujeitos, visto que este estudo não se propõe a isso. A chave de leitura que perpassa a essa investigação assenta-se na importância da imprensa jornalística como espaço privilegiado da atuação de todos aqueles sujeitos, ainda que uns mais que outros, configurando esse espaço como de “compartilhamento de sentimentos, sensibilidades e valores, que podem produzir solidariedades, mas igualmente competição.” (GOMES; HANSEN, 2016. p. 24).

A perspectiva de o impresso periódico ser “um dos vetores da modernidade” como qualifica Valeria Guimaraes (2017, p. 88) fortalece o argumento que vem sendo defendido nos estudos em desenvolvimento que, em Mato Grosso, ao lado de outros adventos a imprensa periódica foi também um símbolo da modernidade, mesmo que com características limitadas, face ao desenvolvimento em outras localidades do país.

Pode-se afirmar, com base no estudo realizado, nos mapeamentos feitos, que o período entre os anos de 1880 a 1920 foi crucial para a consolidação de grupos de intelectuais em Mato Grosso, que pautaram a imprensa periódica e a produção dos impressos como lugar privilegiado de sua projeção. Tal constructo corrobora para o entendimento de que o estudo dos e sobre os impressos mato-grossenses merece lugar de desvelo na produção da historiografia regional, visto que alinha os interesses, aponta as disputas, evidencia direta e indiretamente os debates e embates de grupos que se





alternam no poder, demonstram espaços de sociabilidades e redes de relação feitas e desfeitas à propósito dos interesses de “plantão”, outrossim, permitem evidenciar outros sujeitos históricos que extrapolam em muito a pequena rede de historiadores reverenciada na produção do e sobre o Estado, assentada no “grupo de notáveis”, qualificados por Zorzato, justificada em boa medida, pelo lugar social (nobiliárquico, como sinalizaria Jose de Mesquita), dado pelas origens familiares e derivadas das uniões maritais entre essas famílias, somando-se ao fato de que muito da produção desses outros “notáveis anônimos”, alguns dos quais este estudo traz à luz, circularam pelos mesmos espaços reverenciados de produção do conhecimento que os anteriores, não tendo, contudo, a projeção de seus consórcios.

Os impressos, ao longo desses 40 anos, integram corpus significativo para compreender a história do Estado, visto que são produzidos em diversas tipologias, a saber: Jornais, Revistas, Album Gráfico, Catálogo, Livros assumindo, por associação a manutenção e preservação da memória que se deseja, com base no conjunto de ideais que mobiliza seus proponentes e autores.

Em linhas gerais, percebe-se com um exame panorâmico pela produção dos impressos entre os anos que sucedem à década de 1920, que esse movimento perde força, dada a constante reiteração que pode ser observada na produção histórica aos ilustres historiadores do início do século, e a constante manutenção da historiografia por eles consolidada no período, o que sugere a força das representações construídas, a partir dos lugares de poder simbólico que ocupavam aqueles historiadores. Não se pretende, aqui, proceder à desconstrução de modelos que seguem operantes na produção e nas forma de registrar e contar a história de Mato Grosso. Não obstante, importa destacar que abrem-se outras possibilidades, a partir da documentação examinada neste estudo, de ampliar as matrizes do pensamento consolidado, dando visibilidade a outros sujeitos, outros temas, e outras formas de interpretação dos momentos retratados.





FONTES

A Província de Matto Grosso. Edições de 1880 a 1890. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: APMT, 2010.

O Brazil. Edições de 1900 a 1910. Corumbá. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (Cuiabá), 2010.

O Corumbaense. Edições de 1880 a 1890. Corumbá. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: APMT, 2010.

Republicano. Edições de 1890 a 1920. Cuiabá. 2010. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: APMT, 2010; Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: APE-MS, 2011.

Oasis. Edições de 1880 a 1900. Corumbá. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: APMT, 2010.

Autonomista. Edições de 1900 a 1910. Corumbá. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: APMT, 2010.

A Reacção. Edições de 1909 a 1912. Corumbá. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: APMT, 2017.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTO, Carlota. **Instrução Pública e Projeto Civilizador:** o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola. São Paulo: Editora da Unesp, 2017.

CARVALHO, Jose Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi.** Rio de Janeiro, 2000, nº 1, p. 123-152

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano:** 1. Artes de fazer. 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Ser de cerimônia: Manuais de civilidade e a construção de sujeitos históricos (1920-1960) In: NEPOMUCENO, Maria de Araujo, TIBALLI, Eliana Figueiredo Arantes (Orgs.) **A Educação e seus sujeitos na História.** Belo Horizonte, MG, ARGUMENTVM, 2007.





DUTRA, Eliana de Freitas. **Rebeldes Literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

FANAIA, João Edson de Arruda. **Elites e Prática Políticas em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930)**. Cuiabá: EdUFMT – Fapemat, 2010.

FRANCO, Gilmar Yoshihara. **O binóculo e a pena: a construção da identidade mato-grossense sob a ótica virgiliana (1920-1940)**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.

GALLETTI, Lylia da S. Guedes. **Sertão, Fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização. LIVRO**, Cuiabá, MT: Entrelinhas: EdUFMT, 2012.

GOMES, Angela de Castro. **História & Historiadores**. 1ª. reimpr. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas. 2013.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia. (orgs.) **Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GUIMARES, Valéria. Imprensa franco-brasileira e mediação: Rio de Janeiro e São Paulo, século XIX-XX. In: LUCA, Tania Regina de; GUIMARAES, Valéria. (orgs.) **Imprensa Estrangeira Publicada no Brasil: primeiras incursões**. São Paulo: Rafael Copetti Editor, CNPq, 2017. p. 88.

JUCÁ, Pedro Rocha. **Imprensa oficial de Mato Grosso**. Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 1986. 221 p.

JUCÁ, Pedro Rocha. **Imprensa oficial de Mato Grosso: 170 anos de história**. (com ilustrações). Cuiabá: Aroe, 2009. Disponível em: <<http://www.iomat.mt.gov.br>>. Acessado em: 10 de maio de 2010.

LUCA, Tania Regina de. A historia dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2º Ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 111-153.



LUCA, Tania Regina de; GUIMARAES, Valéria. (orgs.) **Imprensa Estrangeira Publicada no Brasil: primeiras incursões**. São Paulo: Rafael Copetti Editor, CNPq, 2017.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAES, Sibebe. **O Episcopado de D. Carlos Luiz d'AMOUR (1878-1921)**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

MOREL, Marco. Os Primeiros passos da palavra imprensa. LUCA, Tânia Regina de, MARTINS, Ana Maria. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MORGADO, Eliane Maria Oliveira (org.) **Catálogo de jornais, revistas e boletins de Mato Grosso 1847-1985**. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

PINTO, Adriana Aparecida. **A Eschola Publica**: um estudo da pedagogia paulista (1893-1896). Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UNESP, 2001. Marília, SP.

PINTO, Adriana Aparecida. **A Revista Matto Grosso em um itinerário de pesquisa**: Mapeamento da Revista Matto-Grosso em Arquivos de Cuiabá. Mimeo. Cuiabá, 2010.

PINTO, Adriana Aparecida. **Imprensa e Ensino**: catálogo de fontes para o estudo da história da educação mato-grossense. Dourados, MS: EdUFGD, FUNDECT, 2017.

PINTO, Adriana Aparecida. **Nas páginas da imprensa**: instrução/educação nos jornais em Mato Grosso: 1880-1910. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, 2013 Araraquara, SP.

PINTO, Adriana Aparecida. Relatório de Pós-Doutorado apresentado ao departamento de História. UNESP, Assis, 2018. (mimeo).

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (dir.) **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Coleção Nova História.





SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (org.) **Por uma história política**. tradução Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SOUZA, João Carlos de. **O Sertão Cosmopolita**: tensões da modernidade de Corumbá. (1872-1918). São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008.

ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e Identidade**: construções sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983). Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP. 1998.

Recebido em: 02 de outubro de 2018
Aceito em: 29 de novembro de 2018

